

MULHERES INDÍGENAS EM BOA VISTA/RR: GÊNERO, ASSOCIATIVISMO E RESISTÊNCIA NO CONTEXTO URBANO¹

Nathalia Bianca da Silva Martes – UFRR/Roraima

RESUMO

A cidade de Boa Vista, capital de Roraima, é um lugar marcado por uma grande diversidade cultural e étnica, e de tal forma, se torna um local de lutas por visibilidade social dos grupos ali existentes. Nesse cenário, os povos indígenas também procuram se afirmar perante a sociedade envolvente, e de modo particular, as mulheres indígenas utilizam-se de várias estratégias de luta contra as problemáticas relacionadas ao gênero e raça. Diante disso, o trabalho proposto tem como objetivo mostrar, a partir das trajetórias de mulheres indígenas, as experiências de luta e resistência desenvolvidas na busca por visibilidade, acesso à direitos e afirmação no contexto urbano de Boa Vista. São mulheres das etnias Macuxi e Wapichana que se deslocaram de suas comunidades de origem em busca melhores condições de vida, e que, ao se fixaram na cidade, passaram por transformações das relações de gênero, superando a barreira da língua, o preconceito e as poucas e mal remuneradas oportunidades de trabalho, porém, para superar estes obstáculos contaram com o apoio de parentes que já residiam na cidade, facilitando a inserção delas no contexto urbano e em organizações indígenas. Encontrou-se no associativismo uma estratégia de luta coletiva, com a reprodução das manifestações culturais no contexto urbano, ao qual se destaca a produção artesanal, que se tornou tanto uma alternativa de afirmação da identidade étnica quanto um complemento de renda, dando às mulheres indígenas a oportunidade de autonomia.

Palavras-chave: mulheres indígenas, associativismo e resistência.

Introdução

O presente trabalho busca evidenciar as trajetórias e experiências de mulheres indígenas das etnias Macuxi e Wapichana, que residem atualmente na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, e que são membros de uma associação indígena. São mulheres que, em comum, compartilham a experiência de deslocamento de suas comunidades de

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

origem, grande parte da República Cooperativa da Guiana, para a cidade e que encontraram no associativismo uma oportunidade de expressar seus costumes e lutar pela causa indígena no contexto urbano.

O deslocamento, motivado por inúmeros fatores, dentre os quais se destacam a procura por trabalho assalariado, educação escolar e assistência médica, causa um impacto grande na vida do indígena, propiciando, a alguns destes, a permanência definitiva em núcleos urbanos, com uma dinâmica social diferente ao que estão habituados, no qual, como aponta Lasmar (2005), passam por transformações sociais, que implicam numa série de alterações no seu estilo de vida, especialmente sobre as mulheres indígenas que assumem uma rotina pesada de vida, com novas atividades sociais. Estas sofrem triplamente as transformações e os impactos da visão estereotipada da sociedade nacional, tanto por serem mulheres, como por serem índias e/ou por serem mulheres indígenas, tornando mais difícil ainda a adaptação da vida na cidade.

As reflexões apresentadas neste trabalho resultam de experiências de pesquisa e observações entre os anos de 2014 e 2020. As mulheres que compartilharam suas experiências saíram das comunidades de origem entre as décadas de 1980 e 2000 e se fixaram na cidade. No entanto, esporadicamente, visitam suas comunidades, mas sem desejo de retorno permanente.

O fenômeno de deslocamento, especificamente de mulheres indígenas, para o contexto urbano de Boa Vista e a forma como vivenciam esse espaço evidencia experiências específicas relacionadas raça e gênero.

A categoria gênero é entendida aqui como o fio que constrói as relações sociais, ou seja, as relações de gênero, em distintos grupos sociais (STRATHERN, 2006). Portanto, gênero deve ser analisado de acordo com o contexto social observado, assim, dependendo do contexto, as relações de gênero podem ser transformadas.

Assim, discorro sobre alguns desafios diários que mulheres indígenas enfrentam na cidade de Boa Vista como a dificuldades com a língua nacional, a procura por trabalho e o preconceito étnico; e também trago para a discussão estratégias de luta na cidade como o associativismo, onde “a união faz a força”, e a resistência indígena na cidade em que a continuidade dos modos de vida na comunidade é entendida como manutenção da cultura, nas condições de vida urbana.

Gênero e mulheres indígenas

A temática gênero tem sido palco de crescentes reflexões e discussões nos estudos da ordem das ciências sociais nas últimas décadas, graças a contribuição de antropólogas feministas, cujas críticas aos clássicos da antropologia produziram grandes repercussões no campo de estudo, com foco nas relações de gênero, a partir da década de 1990. Essas críticas consideravam que os clássicos da antropologia deixavam em segundo plano reflexões sobre gênero, onde se preconizavam ou desconsideravam qualquer problematização a respeito da temática gênero em suas abordagens etnográficas (FONSECA, 2003), sobretudo os produzidos nas terras altas, com sociedades tribais. Isso proporcionou o surgimento de intensos estudos na área, com novas categorias analíticas e novas perspectivas para a temática gênero.

De acordo com Judith Butler (2010), na teoria feminista, a mulher é o “sujeito” do feminismo, e que tem como finalidade promover a visibilidade política desse “sujeito” que sofre universalmente opressão de forma singular da estrutura hegemônica da dominação patriarcal ou masculina.

“Em sua essência, a teoria feminista tem presumindo que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior do seu próprio discurso, mas também constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada.” (BUTLER, 2010, p.17-18).

Tal ponto de vista, de acordo com Vanessa Lea (1994), foi abandonado pelas feministas nas últimas décadas, onde a noção simplista de dominação universal que sofriam as mulheres foi substituída por um conceito mais sofisticado, que apontava para as relações multifacetadas entre homens e mulheres em contextos sociais distintos. Para Strathern (2006) a discussão de gênero ultrapassa as concepções feministas e dicotomias ocidentais – mulher/homem; natureza/cultura – e se orienta por um pensamento em que o gênero constrói relações sociais, de acordo com a concepção de cada sociedade.

“Entendo por “gênero” aquelas categorizações de pessoas, artefatos, eventos, sequências etc. que se fundamentam em imagens sexuais – nas maneiras pelas quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concreta a ideia das pessoas sobre a natureza das relações sociais.” (STRATHERN, 2006, p.20)

Gênero, enquanto símbolo – masculino/feminino - exerce um papel de grande importância na construção da vida social, pois por meio das relações de gênero é possível orientar as práticas sociais, onde tais relações são permeadas de questões políticas e de poder.

Estudos sobre gênero em sociedades indígenas nas terras baixas da América do Sul também começaram a eclodir nas últimas décadas do sec. XX. Grande parte dos escritos e relatos que já se tinha sobre esta área, produzidos por missionários jesuítas no sec. XVII, exploradores no fim do sec. XIX e etnólogos europeus no início do sec. XX, enfatizavam uma sociedade patriarcal, com a presença predominantemente masculina na organização social dos grupos indígenas e a mulher vista sempre como um ser submisso na vida diária, sendo coadjuvante da hegemonia masculina. Tais escritos e relatos difundiram imagens estereotipadas do universo feminino indígena que por muito tempo permaneceu cristalizada. Houve também, no início dos estudos de gênero em sociedades indígenas, pouco arcabouço teórico e metodológico que pudesse ajudar a embasar e construir modelos analíticos referentes a categoria gênero em sociedades das terras baixas da América do Sul.

Sobre abordagens de gênero em trabalhos etnográficos, McCallum (1999) percebe que os recentes já produzidos nas terras baixas da América do Sul procuram levar o tema gênero de forma muito séria, buscando em particular entender a vida das mulheres sem pressupor valores e significados associados a esses domínios (MCCALLUM, 1999 p. 157), questões deixadas de lado em tantas outras etnografias. A autora defende que a distinção de gênero e a participação feminina são abordagens que não se pode ignorar nos estudos etnográficos de sociedades das terras baixas da América do Sul e conclui:

“A estratégia de priorizar aspectos normalmente negligenciados na antropologia das relações homem – mulher tem sido altamente proveitosa. A análise de gênero reordena o entendimento da construção da pessoa e da organização social nessa área etnográfica.” (MCCALLUM, 1999, p.158)

Pesquisas sobre gênero em sociedades indígenas ganharam mais destaque também em decorrência da crescente participação feminina em movimentos políticos indígenas e de deslocamentos das aldeias para centros urbanos. A esfera política, antes espaço masculino, agora é conquistada pelas mulheres indígenas em prol da luta de seus direitos tanto indígenas como também de mulheres ativas. Logo, as relações tradicionais de gênero diante das transformações sociais assume novas formas de protagonismo das mulheres indígenas frente aos desafios e lutas dos movimentos políticos e povos indígenas, especialmente relacionados às questões como: reivindicações por terra, saúde, educação escolar, meios de subsistência e promoção de direitos indígenas, nos quais as mulheres indígenas, como também os homens, se reposicionam para assumirem diferentes e novos papéis sociais.

As mulheres indígenas na cidade de Boa Vista/RR

A presença de indígenas em algumas cidades brasileiras não é um fenômeno novo. Em razão da proximidade da cidade de Boa Vista, capital de Roraima, com terras indígenas no Brasil, na Venezuela e na Guiana, a cidade chama atenção de indígenas que ocupam essa região fronteiriça e que estão à procura de determinados serviços, entre estes, a educação escolar, assistência médica, emissão de documentos, aquisição de mercadorias, trabalho e lazer, entre outros. Além de procurar satisfazer essas necessidades pontuais, os povos indígenas que habitam Boa Vista, de forma permanente ou temporária, a concebem como uma porção do seu território de ocupação histórica. Estudos de arqueologia, linguística histórica e etnohistória (NEVES, 2005; HILL, 2013; FARAGE, 1991) entre outros, informam que os deslocamentos fazem parte da estrutura social dos povos indígenas da Amazônia e das Américas como um todo. É claro que com o processo de colonização esses deslocamentos sofreram restrições, mas não significou sua falência.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE 2010, na cidade de Boa Vista a população indígena conta com 8.550 indivíduos, sendo a 8ª cidade em população indígena do país. Desta população, 6.072 indígenas vivem fora de comunidades, tornando-se assim a 5ª cidade em população indígena urbana no Brasil. Esses indígenas que vivem na capital roraimense se intitulam, de acordo com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2012), como “moradores da Maloca Grande”. É desta forma que observam e denominam Boa Vista, que abriga indígenas de diversas etnias: Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó, Wai-Wai, Ye’kuana, Patamona, Yanomami, entre outras.

Localizada na margem direita do rio Branco, a cidade de Boa Vista tem origem na fazenda de gado Boa Vista, no século XIX, que teria sido fundada em territórios ocupados pelos índios Paraviana, Macuxi e Wapichana (OLIVEIRA, 2016). Assim, o espaço urbano de Boa Vista é considerado por estes povos território ancestral, e, não obstante ao processo de colonização, a presença indígena persiste porem numa nova dinâmica.

Das etnias Macuxi e Wapichana, o grupo de mulheres indígenas que contribuíram para este trabalho compartilham de semelhantes experiências ao chegar e se fixar na cidade. A língua, os trabalhos de baixa remuneração, quase sempre no âmbito doméstico, vivendo em bairros periféricos, e, sobretudo a estigmatização e o preconceito social são alguns dos desafios e barreiras que estas mulheres tentam superar.

Assim, de maneira comum, ao contarem sobre suas trajetórias, resgatam na memória a vida na comunidade de origem, na Guiana, da vida considerada “difícil” devido a falta de oportunidades e do trabalho pesado na roça, que é o único meio de subsistência, para justificarem o fato de virem para a cidade. De tal forma, devido a escassez de bens e serviços e em busca de anseios que a comunidade, naquele momento, não podia oferecer, essas mulheres escolhem se deslocar para a cidade de Boa Vista.

A chegada à cidade ainda é incerta, e diante disso as mulheres indígenas procuram os parentes que já residem nesse espaço para dar início a suas vidas no contexto urbano. Através da rede de apoio de parentes, as recém chegadas à cidade podem contar para ter um lugar para ficar, e a casa desses parentes, localizadas em bairro periféricos, se torna ponto de apoio e referência para aquelas que desejam se deslocar.

“Em relação às famílias indígenas que atualmente se fazem presentes na cidade, atentamos para o fato de que as mesmas disponibilizam suas casas para aqueles que, por diversas razões, necessitam sair de suas comunidades e se estabelecer temporariamente em Boa Vista. A existência das instituições e organizações voltadas para a defesa dos indígenas cuja sede se encontra na capital, também se mostram fator de constante fluxo entre a comunidade e a cidade.” (MELO, 2013, p. 127).

Esse é um aspecto importante nessa rede de trânsito e opção pela vida na cidade. Nessa rede de relações e contatos “[...] a casa é ao mesmo tempo um lugar de passagem e uma referência permanente. Como lugar de passagem, além dos seus residentes fixos, ela recebe periodicamente alguns de seus membros que “circulam” [...]” (MARCELIN, 1999, p.36). Logo, a oportunidade de contar com um parente é o passo inicial para suas inserções no contexto urbano, e em seguida começam a trabalhar em empregos que os parentes lhes indicam.

As oportunidades de trabalho para as mulheres indígenas no contexto urbano são restritas. Muitas comentam que só conseguem apoiar suas sobrevivências em trabalho doméstico, ou seja, praticamente a única oportunidade de trabalho que as mulheres indígenas encontram é em casas de família, tais como: diaristas, cozinheiras, babas, empregadas domésticas e como caseiras em chácaras e fazendas próximas de Boa Vista. Em muitos casos, por não ter conhecimento do mundo dos “brancos”, restam-lhe se subordinar a eles, concordando em exercer o serviço com longas jornadas de trabalho, ora morando na casa da família, sobretudo as mulheres indígenas solteiras, e receber salários abaixo do que é considerado o mínimo, não condizente com as leis trabalhistas, e se

submetendo a todo tipo de situação, tais como destaca Cavalcante (1997) sobre as mulheres indígenas do alto Rio Negro que saíam de internatos para trabalhar como domésticas na cidade de Manaus:

“[...] a curiosidade de conhecer a cidade [...] embarcavam numa aventura que nem sempre tinha o final desejado, uma vez que não conheciam a cidade e muito menos os seus direitos trabalhistas, tendo que se submeter às condições impostas pelas patroas, como aceitar qualquer forma de remuneração pelos seus trabalhos, em objetos de uso pessoal, como roupas e calçados [...] numa acintosa falta de respeito aos direitos trabalhistas [...]” (CAVALCANTE, 1997 p.30).

Obedecer aos patrões era garantia de manter o emprego e a sobrevivência na cidade. Camargo (2016), também aponta as dificuldades da população indígena urbana relacionada à questão do trabalho renumerado em Boa Vista:

“Em virtude da falta de qualificação profissional e oportunidades, os indígenas são obrigados a trabalhar em sub-empregos, com longas jornadas de trabalho, onde seus direitos trabalhistas não são respeitados e os indígenas recebem salários abaixo da renumeração devida, de acordo com as leis de trabalho.” (CAMARGO, 2006, p. 224).

Por terem vindo de outro país, outra barreira que as mulheres indígenas contam que tentaram superar no espaço urbano é o da comunicação. Chegaram na cidade sem saber falar uma palavra em português e aprenderam em convívio com as famílias ao qual prestavam serviços domésticos. Inicialmente, por não saberem falar o português, só a língua materna ou inglês, elas evidenciam que se comunicavam gesticulando, apontando para indicar algo ou balançavam a cabeça para indicar sim ou não. Mas só isso não era o suficiente para se comunicar, elas necessitavam aprender a falar a língua nacional.

“De qualquer maneira, a língua se torna uma barreira que a impede de se comunicar na cidade brasileira, principalmente quando começam a realizar o trabalho em casa de família. Assim, o silêncio se torna uma forma de contornar o sofrimento considerado extraordinário (Cf. Das, 2009), advindo da discriminação constante.” (PEREIRA, 2015, p. 28).

A língua é um dos primeiros desafios comum a todos os indígenas no início da vida urbana, e por saberem falar ou por não dominar muito bem o português, acabam sofrendo com o silêncio e a vergonha, subordinando as mulheres indígenas ainda mais às dificuldades da vida urbana. Algumas mulheres até contam que tiveram que aprender o

mais rápido possível, que choravam quando os patrões brigavam com elas por não saberem se comunicar e não entender as ordens que eles davam.

Outra questão destacada nos relatos das mulheres indígenas sobre a vida na cidade está relacionada ao preconceito e estigmatização presente no cotidiano da população indígena no contexto urbano. Décadas atrás, em diversas situações, principalmente em convívio com os não índios, o pertencimento étnico era omitido por parte dos próprios indígenas, sob circunstâncias de preconceito e discriminação. Ser chamadas de “caboquinhas”, feias ou burras, ou ter medo falar a língua materna na presença dos não indígenas para não ser motivo de chacota faziam com que elas tivessem, inicialmente, vergonha de se declararem indígenas. Para Ferri (1990) o problema desta realidade estava na própria cidade que subjugava os povos nativos e forçava-os a reprimir o que os tornam diferente, submetendo-se à condições de imposição e preconceito.

Diante dessas situações presente no cotidiano de muitas mulheres indígenas que se deslocam, umas das formas de enfrentar essas situações e lutar por visibilidade social é por meio de movimentos e associações indígenas com grupos ou espaços destinados ao compartilhamento de universos simbólicos em comum, principalmente na cidade, e agrega também o desejo de poder transitar no contexto urbano sem ser obrigado a omitir o pertencimento étnico e enfrentar o preconceito.

Atualmente, através do associativismo e das manifestações culturais promovida pela associação cultural indígena Kapóí, essas mulheres puderam se equipar de instrumentos de lutar para superar os desafios cotidianos que enfrentam no contexto urbano da cidade de Boa Vista.

Associativismo e resistência no contexto urbano

O movimento de mulheres indígenas da comunidade para a cidade também alavanca mudanças nas relações de gênero, onde o contexto urbano acaba possibilitando novas experiências e novos modos de vida. Mediante essa situação, as mulheres procuram se equipar de estratégias para sobreviver e preservar seus modos culturais em meio a sociedade nacional. De acordo com Lasmar (2005), a comunidade e a cidade representam, para os índios, modos distintos de existência que organizam modos de vida diversos. Segundo ela, o deslocamento de indígenas para a cidade é um fato que está a cada dia se tornando mais intenso e enfatiza essa questão importante: “De todo modo, se o processo

de deslocamento para a cidade é um fato, isso não subtrai da vida em comunidade o papel de referência simbólica.” (Lasmar, 2005, p.145).

Em meio aos desafios cotidianos da vida na cidade, as mulheres indígenas encontraram na participação em associações indígenas formas de resistir e lutar por causas destinadas aos indígenas que vivem no contexto urbano de Boa Vista. Nesse cenário, a Associação Cultural Indígena Kapóí tem sido uma dessas associações que recebem como seus membros indígenas que vivem no contexto urbano e que compartilham trajetórias e experiências em comum.

A Associação Cultural Indígena Kapóí foi criada em 2009 por indígenas, duas mulheres e um homem, das etnias Macuxi e Wapichana, incentivados, de acordo com uma das fundadoras, pela FUNAI. A associação tem o intuito de estimular a produção das práticas culturais indígena no contexto urbano em que vivem. O termo KAPÓI provém da língua Macuxi – do tronco linguístico Karib – que significa lua, símbolo escolhido para representar a associação. Ainda, segundo uma das fundadoras, a lua influencia na rotina da vida indígena, eles acompanham a lua para tirar semente, fazer casas, artesanato, etc, pois sem a lua eles não sabem quando devem coletar suas matérias primas, além do risco de serem atacados por animais, portando, a lua assume a função de orientar e proteger.

Em comum com outras organizações indígenas, a Associação Cultural Indígena Kapóí, luta por direitos aos povos indígenas de Roraima, no acesso a políticas públicas, de educação, saúde, moradia, reconhecimento étnico, valorização e respeito da sociedade nacional relativo às práticas culturais indígenas, tudo isso através de manifestações culturais, onde procuram mostrar a beleza e importância de tais manifestações, na constituição histórica e social de Roraima. Através de parcerias com outras instituições, a associação faz apresentações de dança parixara e venda de artesanato e biojóias. A produção artesanal, além de ser um meio de evidenciar uma cultura rica em sua composição, é também um gerador de renda para as famílias indígenas na cidade.

Vale destacar que a associação não é composta apenas por mulheres, no entanto, estas são o maior número de participantes, sempre atuantes. É no contexto da associação que essas mulheres se mobilizam com o objetivo de trabalhar respeitando a cultura e conhecimentos indígenas, além de ser um espaço político, onde se elaboram estratégias de fortalecimento social. Divulgam tais conhecimentos através da produção artesanal, dança do parixara, culinária indígena como a damurida e beiju, da medicina tradicional como a defumação e produção de “garrafadas”.

As mulheres contam com muita satisfação o prazer de fazer parte da associação, que através dele passaram a compreender o quanto é importante o associativismo, da união e a luta em prol da promoção dos direitos indígenas na cidade, que não sentem à vontade para falar a língua materna e de encontrar amigos e parentes. Contam que ficaram sabendo da associação Kapóí através de parentes e conhecidos, que ficaram com vontade de conhecer e deste então são membros ativos em diversas atividades.

É, principalmente, na produção de artesanato e biojóias, que as mulheres evidenciam seus conhecimentos e utilizam isso como símbolo de resistência e afirmação indígena no contexto urbano, mostrando destreza e beleza em cada peça confeccionada, como: cores, pulseiras, cocares, cestos, abanadores, entre outros. Enquanto artesãs, a confecção e comercialização de artesanato e biojóias tem sido um complemento de renda, para algumas mulheres indígenas, e a oportunidade, para outras, de abandonar o trabalho doméstico.

Às quartas e sábados são dias destinados, na sede da associação Kapóí, para a confecção comunitária de artesanato e biojóias pelas mulheres. O domingo é destinado para ensaios de dança parixara e de feira comunitária, que ocorre no último domingo de cada mês. A sede da associação Kapóí funciona como um centro de apoio através dos encontros e eventos que promovem a sociabilidade entre os parentes consanguíneos e afins, que compartilham experiências e conhecimentos tradicionais entre si e transmite para as crianças que também circulam na sede da associação.

Considerações Finais

Diante das experiências de deslocamento, as mulheres indígenas chegam na cidade de forma marginalizada e procuram sobreviver em meio às dificuldades que no contexto urbano as submetem. E assim, enfrentando as adversidades relacionadas ao gênero e raça, hoje essas mulheres utilizam o associativismo como instrumento de resistência e afirmação.

A ideia do senso comum é que a partir do momento que o índio entra em contato com a cidade e o modo de vida do não indígena, este perde sua essência e deixa de ser índio, pensado como um ser deslocado, e percebendo esse imaginário etnocêntrico que submete os indígenas a estigmas que perpassam séculos. Apesar das transformações sociais do viver na cidade, o índio não deixa de ser índio, sua essência ainda persiste, pois “[...]a identidade indígena traz em si algo irredutível [...]” (LASMAR, 2005, p.194), não

deixando de lado seus costumes e valores. De tal forma, afirmar o pertencimento étnica é justamente evidenciar o diferente nesse novo espaço social, e através do associativismo e das manifestações culturais as mulheres indígenas encontraram uma forma de resistir e existir enquanto mulheres e indígenas no contexto urbano da cidade de Boa Vista.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.

CAMARGO, Leila Maria. Do silêncio ao discurso: a condição da mulher indígena em Boa Vista. In: **Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano**. Carmen Lúcia Silva Lima e Carlos Alberto Marinho Cirino (org.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. (p. 213-239)

CAVALCANTE, Olendina de Carvalho. **Migração e Gênero: Mulheres indígenas em Manaus**. Monografia. Manaus. Curso de especialização em antropologia na Amazônia. Universidade do Amazonas. 1997.

FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 197 p.

FONSECA, Claudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a “transpolinização” entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. In: **Revista Ilha**. V. 5, N. 2. Florianópolis. Dezembro de 2003. (p. 05-31).

FERRI, Patrícia. **Achados ou perdidos? – A imigração indígena em Boa Vista**. Goiânia: MLAL, 1990.

HILL, Jonathan. Etnicidade na Amazônia Antiga: reconstruindo identidades do passado por meio da arqueologia, da linguística e da etno-história. *Ilha*. v. 15, n. 1, 2013, p. 35-69.

LASMAR, Cristiane. **De Volta ao Lago de Leite**. Gênero e transformações no alto rio Negro. São Paulo: Editora da UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**. vol.5, n.2, pp. 31-60. 1999.

MELO, Luciana Marinho de. A formação sociocultural de Boa Vista – Roraima e os povos Macuxi e Wapichana da cidade: processos históricos e sentidos de pertencimento. In: **Textos & Debates**. Boa Vista, n.23, p. 115-133, jan./jun. 2013.

McCALLUM, Cecília. A aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá. **Estudos Feministas**. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFCS. Florianópolis, 1999. (p.157-175).

NEVES, Eduardo G. Arqueologia da Amazônia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Indígenas na cidade de Boa Vista, Roraima**: moradores da Maloca Grande. Manaus: UEA Edições, 2012.

PEREIRA, Melina Carlota. **Mulheres Macuxi e Wapichana**: Gênero, deslocamento e construção de identidade na cidade de Boa Vista. Monografia. Boa Vista. Curso de Graduação em Antropologia, INAN. UFRR. 2015.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. A cidade de Boa Vista e os índios urbanos em áreas de fronteira. In: *Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano*. Carmen Lúcia Silva Lima e Carlos Alberto Marinho Cirino (org.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. (p. 75-85).

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. André Villalobos (tradutor). Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP. 2006.